

A dimensão histórica das relações internacionais

Fernando Pedrão¹

A entrada do labirinto é, imediatamente, um de seus centros, ou melhor, não sabemos mais se existe um centro, o que é um centro. Cornelius Castoriadis

Urgência da atualidade

Trata-se aqui da história contemporânea das relações internacionais. As atuais turbulências do mundo islâmico, que compreende várias religiões e várias situações políticas, expõe as contradições da perpetuação do poder e a agressividade de um neocolonialismo organicamente ligado à crise do capitalismo central. As incertezas que cercam o fundo econômico e político dessas tensões deverá ser avaliado como estratégico perante divisões e realinhamento na Europa e diferenças em capacidade para crescer. Apresenta-se uma questão da atualidade das transformações próprias dessas nações, atingidas por interesses de nações mais poderosas identificáveis com projetos neocoloniais. A questão do poder no plano internacional interpenetra com restrições nacionais responsáveis de uma nova hierarquização das nações entre as que são superavitárias em energias e as que são deficitárias, tanto nas formas convencionais como nas que se tornaram convencionais por conta de progressos de tecnologia, tal como a energia eólica. A anterior bipolaridade, substituída por novas formas de multipolaridade, mostra uma contemporaneidade complexa cujo significado só se descobre mediante uma leitura histórica do atual. Nesse sentido a falsidade do discurso da OTAN apenas se parece às justificativas novecentistas para a renovação da expansão colonial.

Uma visita ao labirinto internacional do poder

O reconhecimento de que há um sistema de poder mundial, ou de que há vários sistemas de poder mundializados e entrelaçados, envolve uma discordância radical com a visão “ortodoxa” das teorias das relações internacionais, segundo as quais há um caos – supostamente equivalente ao do mercado – que funciona como uma espécie de organização negativa. Historicamente, há um tecido complexo de relacionamentos desiguais

¹ Doutor e Docente livre pela UFBA, Presidente do Instituto de Pesquisas Sociais, professor Universidade Salvador e professor visitante da Universidade Federal do Recôncavo

constitutivos de um sistema de poder, com componentes econômicos e políticos. Sistemas oficiais e oficializados pela base jurídica, junto com sistemas pouco visíveis do poder financeiro e com uma variedade de sistemas ilegais, constituem um verdadeiro sistema do poder organizado, mesmo quando não esteja legitimado. Há novos requisitos para uma teoria do mundo econômico internacionalizado, que delimitam as condições de aplicabilidade de ferramentas tais como o balanço de pagamentos. Tornam-se necessárias grandes operações integradas em contraste com operações pulverizadas em curto e médio prazo. A ideia de sistema de poder mundial deve ser trabalhada em dois planos: no de um sistema de poder político constituído de Estados nacionais legítimos e no de uma variedade de formas mundializadas de poder, que vão desde as igrejas e seitas internacionais até o crime organizado, as redes de empresas e as redes de comunicações, que perfazem um grande sistema mundial de poder.

Ao reconhecer a existência de um sistema de poder mundial, organizado em torno da supremacia política, econômica e militar de uma, ou de duas ou três nações, torna-se indispensável analisar o processo de poder no mundo de hoje, para identificar os controles políticos do sistema econômico. Esse processo de poder combina aspectos econômicos, políticos e militares, resultando em controle no plano internacional e interno em cada país, com interações cada vez mais fortes. O modo como a força se exerce é cada vez mais indireto na administração dos conflitos entre as nações que são reconhecidas como integrantes do sistema mundial de poder e modo muito direto, quando se trata de nações que não são reconhecidas como tal. Há boas razões para entender que o poderio militar das nações mais poderosas tomou a forma de máquinas militares excessivamente pesadas, cuja manutenção se torna proporcionalmente mais onerosa que seu uso efetivo. Esta pode ser uma observação geral de estratégia que aponta aos Estados Unidos e ao que foi a União Soviética, com sua dificuldade em dominar oponentes mais fracos porém mais leves e fluidos. Há muitas lições a serem extraídas de uma leitura independente das guerras dos últimos decênios, que levam a considerar que as grandes potências podem fazer imensos estragos em seus oponentes, mas que têm dificuldades cada vez maiores para vencerem guerras não convencionais, o que significa que o grau de decisão pode ser um fator determinante em conflitos ideologicamente identificados.

Começamos, portanto, por distinguir entre hegemonia e supremacia, em que hegemonia é poder consensuado e por entender que não há nação hegemônica alguma no mundo de hoje. Na verdade, trata-se de um movimento global de concentração de poder político, econômico e militar, que se desenvolveu como expressão política da concentração de poder econômico ensejada pela Revolução Industrial, com o controle sistemático dos recursos naturais e da força de trabalho do planeta (Hobsbawm, 1996). A concentração de poder da era industrial substituiu os modos de poder colonialista da economia pré-industrial e abriu novas perspectivas de acumulação de capital, que já não dependem da extensão das áreas dominadas, senão da intensidade com que os recursos são aproveitados. A predominância de uma ou mais nações no cenário mundial passou a descansar no controle da continuidade do processo econômico, o que quer dizer, sobre a combinação de tecnologia e usos de recursos. Nesse contexto, a expressão hegemonia não traduz a realidade, ou representa diferenças decisivas de pontos de vista (Gruppi, 1986). Entre o conceito de hegemonia em Gramsci, que significa o poder de representação de um partido político popular, e o uso generalizado desse conceito na academia em geral e por Robert Gilpin (2004), que significa uma legitimação de uma supremacia, há diferenças que refletem o uso ideológico do poder, justamente quando se nega que ele existe. A negação da categoria ideologia é uma manobra que implica em obediência tácita ao poder predominante.

A controvérsia acerca de hegemonia não é meramente formal, porque resulta em diferenças substantivas no modo como se definem os objetivos dos países mais poderosos em suas relações entre eles e com as demais nações, bem como indicam as margens de liberdade em que se movem as potências de segunda ordem e os países periféricos. O essencial é que há um processo de centralização de poder político e militar, que corresponde à concentração de capital no plano econômico, onde se demarcam as diferenças entre as mega-empresas mundiais e as demais empresas. As nações mais ricas sempre encontraram meios para transferirem o custo humano da guerra para mercenários ou imigrantes, mas não há dúvida

que a sustentação dos impérios precisa de um elevado grau de compromisso de seus cidadãos, que não pode ser substituído por prestadores de serviços².

A centralização do poder não é igual à concentração de capital porque a primeira é, principalmente pública e a segunda é principalmente privada, mas tem sido um desdobramento desta última, acrescida de poder militar, que se confirma como um elemento decisivo na sustentação da supremacia política. A concentração do capital é um dado exclusivamente econômico, mas a centralização do poder denota uma combinação de elementos econômicos, políticos, militares e ideológicos que constitui, em todo caso, uma instância de máxima complexidade. Nela, o papel do poderio militar é essencial, mas muda segundo o controle estratégico das tecnologias. A maior dificuldade com o poderio militar nos tempos modernos é o custo social da violência potencial, isto é, da capacidade militar inativa.

Essa centralidade do poder torna-se um dado imperativo da análise da sociedade mundializada saída da Segunda Guerra Mundial. A mundialização do capital financeiro em princípio poderia não ser um fator determinante dessa centralização, não fosse porque ela se faz mediante mecanismos funcionais à própria centralidade. A novidade é que se trata da análise de uma fase da história social que se apresenta como uma consequência da perda de posição dos impérios coloniais. Neste ensaio tomam-se como referências as grandes transformações do sistema mundial de poder desde 1870, quando a unificação da Alemanha e sua subsequente vitória sobre a Áustria sentaram as bases para um mercado da Europa Central que passou a concorrer com vantagem com os impérios coloniais. O novo espaço econômico germânico representava uma esfera de produção em que as escalas de produção se alargavam junto com o poder de compra da maioria, diferente dos mercados segmentados das potências coloniais. A concorrência internacional passava a definir-se em dois ambientes diferentes, em que por uma parte estavam as potências coloniais e de outro estavam a Alemanha e os Estados Unidos. Estes exerceriam uma influência internacional através do controle da tecnologia e avançariam em acordos que teriam influência

² Em estudo comparativo dos processos de decadência de diversos impérios, desde a antiguidade até hoje, Carlo Cipolla sugere que a principal causa que se repete nas diversas experiências é o compromisso dos cidadãos com os riscos e desconfortos da guerra.

prolongado, tal como os reconhecidos efeitos da missão militar alemã ao Chile no final do século XIX.

O dismantelamento em 1918 do mundo europeu formado no Tratado de Viena, com a ascensão dos Estados Unidos e a formação da União Soviética, passou a referenciar as décadas seguintes, marcadas pelos autoritarismos nacionalistas, dando lugar a um novo referencial formal de relações, definido pelo Tratado de Versalhes. O fato de que a União Soviética sobreviveu à guerra civil e às invasões iniciais, no período de 1917 a 1923, estabeleceu os fundamentos de um confronto com as potências ocidentais, que foi desviado pela Segunda Guerra Mundial, mas que reapareceu, progressivamente, com os resultados daquele conflito. A União Soviética ficou na necessidade de repor a destruição da guerra em seu território e com aliados frágeis, incapazes de acompanhar as novas etapas da industrialização. A construção de um arco de alianças dos Estados Unidos, cimentado na reconstrução da economia da Europa ocidental e do Japão ficou, entretanto, limitada à esfera econômica, deixando os Estados Unidos como único fiel do pacto político e militar. Desde então, por trás da aliança entre os Estados Unidos e os europeus há temas tais como a presença de tropas americanas na Alemanha até 1992 e o constrangimento da presença de bases aéreas americanas em países como Itália, que titubeavam em apoiar a invasão do Iraque.

As principais contradições desse movimento apareceram no distanciamento da China em relação com a União Soviética – principalmente no período de 1949 a 1953 - na formação de um bloco de países “não alinhados” e nas guerras de libertação, especialmente, nas guerras do Vietnã e da Argélia. O bloco não alinhado pereceu sob a invasão de Suez em 1956 e com o golpe de Estado na Indonésia em 1967. A China reagiu ao autoritarismo russo e empreendeu um caminho próprio, recuperando valores tradicionais, com um estilo próprio de modernização. O espaço dos não alinhados revelou-se frágil, atingido desde fora pelas potências européias e desde dentro por dissidências oriundas do mundo pré-industrial, que foram prontamente aproveitadas pelos países mais poderosos, mediante pressões financeiras e de inteligência. Regimes leigos em vários países emergentes foram

substituídos por partidos e grupos de ação religiosos, dando passagem a irracionalidade não moderna.

Desde a década de 1980 a evolução do sistema mundial foi no sentido da consolidação do poderio norte-americano e no da identificação de limites do poder da potência principal frente aos seus aliados. O desenlace da guerra do Vietnam e os sucessivos conflitos do Oriente Médio reafirmaram o desequilíbrio entre a liderança econômica e a liderança militar dos Estados Unidos. Seria, portanto, previsível que surgissem diferenças de interesses entre as potências líderes de cada um dos dois blocos e as demais nações integrantes de cada um deles. O afunilamento das opções estratégicas mundiais já se configurava na década de 1970 com o esgotamento das intervenções ocidentais no Sudeste da Ásia baseadas em sua aliança com o Japão e com um novo significado dos conflitos “regionais” em que as maiores potências encontram resistências organicamente diferentes das tradicionais ³.

No bloco soviético essas diferenças já estavam definidas, desde os movimentos de separação da Iugoslávia de Tito, de Imre Năgy na Hungria de 1956 e da Tchecoslováquia de Dubcek em 1968⁴. Esses movimentos mostraram divergências em temas da política econômica que tendiam a se acentuar, à medida que as restrições da nação líder eram retransmitidas como parâmetros para as nações coligadas. Também foram presságios da virtual impossibilidade dos pequenos países europeus de se manterem à margem de novos contratos de internacionalidade em que continuariam a ser marginais, como são os casos da expansão da OTAN e do “guarda chuvas” nuclear. A atitude desafiadora desses países perante a Rússia pode ser uma reação legítima a destempe às políticas de Stalin, mas ignora o atual balanço de poder da Europa, onde os dois fatores, de controle de energia e dimensão de mercado são essenciais. O reerguimento do poder da Rússia é um dado essencial no

³ Cabe ver de Alain Minc, *A nova idade média* (1984) que antecipa o papel dos fundamentalismos em contraste com as estratégias “racionalistas” ocidentais.

⁴ A leitura da história social e política contemporânea permite-nos considerar a hipótese de que essas duas datas tenham sido “momentos eixo” da história contemporânea no sentido dado à expressão tempo-eixo por Karl Jaspers (*Origem e meta da história*, 1976), em que propõe que determinados períodos da história estão mais carregados de eventos decisivos para os períodos subsequentes e em que essa sincronia é parte de um movimento civilizacional, que não pode ser delimitada ou esgotada no horizonte temático de ciência alguma.

balanço mundial de poder, no qual se vislumbram possibilidades de alianças entre nações da bacia do Mar Cáspio, que se torna um palco de disputas estratégicas entre as grandes potências. Esse novo contexto estratégico é fundamental para o Brasil, cujas relações comerciais passaram de subordinadas a autonomizadas e que passa a desempenhar um novo papel no cenário da estratégia econômica mundial.

Uma teoria simples para um mundo complexo

A presunção inteligente é que sempre houve posições doutrinárias sobre as relações internacionais, quando foi possível identificar os participantes dos relacionamentos. A diferença entre o projeto de poder democrático de Clístenes e o poder proto-imperial de Péricles compara uma democracia participativa com um despotismo esclarecido. A subsequente derrota de Atenas na guerra do Peloponeso mostrou a dificuldade de conciliar um imperialismo incipiente com a consistência militar. A necessidade de definir relações internacionais no mundo moderno surge com a separação do Estado e o soberano, algo que foi anunciado pela revolta de Simon de Montfort (1263), mas que só foi consagrado na Guerra dos Trinta Anos (1640). A Revolução Francesa deu o seguinte passo decisivo ao substituir o soberano por um coletivo regido por princípios jurídicos. Desde então, coloca-se uma divisão fundamental entre o Estado representativo de interesses de classe e o Estado que combina interesses de classe e fundamentos estamentais, com a variedade de formas de democracia alinhadas no primeiro grupo e as ditaduras no segundo grupo. A filosofia de Kant organizou o discurso do idealismo formal em política, enquanto a de Hegel estabeleceu os fundamentos históricos do pensar político.

O novo imperialismo do século XIX se abasteceu dessa estabilidade política e criou um discurso de legalidade administrada, onde há regras escritas e conveniadas e regras tácitas não escritas. As teorizações sobre as relações econômicas internacionais passam a ser elaboradas por representantes dos interesses do capital ascendente. A obra de Marx representa uma ruptura com esse discurso, ao ligar a divisão internacional do trabalho ao controle dos recursos de uns países por outros. Com este argumento Marx dá corpo à tese de Hegel relativa ao fundamento histórico do Direito. Logicamente, não tem muito sentido teorizar sobre relações baseadas em princípios gerais que constituem um mero ritual. No

contraste entre o discurso e a prática do poder há declarações autênticas, tais como as que justificaram o cinismo como princípio comportamental equivalente ao utilitarismo. Cabe citar Lord Salisbury quando disse que “a Inglaterra não tem amigos nem inimigos permanentes, tem apenas relações de interesse”. Ou citar Bismarck, quando ele disse que um tratado é apenas um pedaço de papel com baionetas por trás. A originalidade do ponto de vista da monarquia absolutista portuguesa – representado pelo Marquês de Pombal – que ligou as relações políticas a objetivos econômicos e procurou modelos institucionais adequados para instrumentalizar o projeto econômico deve ser valorizada como definição precoce de um ponto de vista da periferia que se contrapunha por antecipado à doutrina de Ricardo. Cabe distinguir entre a versão dos que se sabem fortes, como Pitt, e os que trabalham a partir de posições de fraqueza, como Pombal e D. João VI que precisavam encontrar nova equação nacional de poder. Esta revisão histórica leva a contrastar o pensamento dos que percebem que a equação internacional de forças muda e os que pensam em termos de modelos de comportamento invariante. Curiosamente, as democracias modernas não levam em conta mudanças de comportamento das maiorias excluídas, que não só fizeram a revolução sexual e derrubaram governos, como criaram novos modos de protagonismo que abalaram os autoritarismos, mesmo quando são derrotados. Nações que praticaram colonialismo mostram apego a posições de força que não têm e insistem em se presumirem superiores sem perceberem que já não têm liderança alguma. Alguns incidentes do Brasil com países nessa condição são apenas uma pálida indicação dessa reversão de posição.

Houve, portanto, razões concretas para que as análises das relações internacionais refletissem mudanças temáticas e de abordagens, segundo elas refletem os interesses e pontos de vista das nações que detêm a supremacia do poder, ou refletem os pontos de vista e interesses de nações que se encontram em situações intermediárias. Há uma indiscutível simplificação da problemática das relações internacionais por parte dos autores do novo pensamento internacionalista norte-americano, desde Kindleberger a Gilpin, no que focalizam na relação entre Estado e mercado, desconsiderando o fundamento ideológico da estruturação do poder na relação entre Estado e sociedade civil, pelo que, ignorando também o significado do mundo do trabalho na composição dos mercados e na mobilidade

dos trabalhadores. A recuperação dessa temática logicamente leva a rever o próprio significado da expressão Economia Política Internacional, como uma análise sobre a relação capital/trabalho e não como uma análise da relação capital/Estado.

Verifica-se, portanto, uma divergência fundamental entre os rumos com que se pretende aqui trabalhar e aqueles outros colocados pelo positivismo saxônico (Gonçalves, 2005). A preservação da essência ideológica do debate é um dado essencial para quem percebe que as relações internacionais acontecem hoje no ambiente de concentração do capital no capitalismo moderno, que combina as atividades diretamente industrializadas com as atividades induzidas por elas.

Os estudos das relações internacionais ganharam visibilidade desde o fim da Segunda Guerra Mundial, principalmente por representarem uma racionalização de uma nova ordem de poder mundializado, que procurava combinar uma instrumentalização institucional, concomitante com a organicidade da ordem financeira e da concentração do poder militar. Essa racionalização do poder vinha com uma nova categoria política – a de superpotência – que descrevia a combinação de poder nuclear com controle de tecnologia e de mercado; e com um quadro diferenciado de nações com potência de segunda e de terceira grandeza, organizados em grandes blocos de alianças. A consistência dessas alianças e a mobilidade dos países entre posições de subordinação e de independência torna-se um dado fundamental desse quadro.

As superpotências eram os Estados Unidos e a União Soviética, mas os primeiros puderam se expandir junto com a expansão do mercado internacionalizado, enquanto a segunda ficou imobilizada em esferas monetárias de expansão restrita, com um sistema produtivo enviesado para uma renovação tecnológica setorialmente limitada. No ambiente de confronto da chamada Guerra Fria houve, na verdade, uma conquista de espaços de influência e um sistema de alianças, em que os Estados Unidos ficaram com a vantagem de contar com aliados economicamente poderosos, como o Japão e a Alemanha, além do benefício de sistemas internacionais de apoio. A crise de energia de 1973 alargou a distância entre os Estados Unidos e seus aliados mas não modificou a relação básica entre

eles os demais países, que ficou consagrada com a Trilateral de Toquio, celebrada naquele mesmo ano. A subsequente modificação do equilíbrio econômico do poder, dado pela formação da União Européia não alterou aquele quadro básico e hoje parece estranho lembrar que os objetivos de “Europa 92” ainda estavam em termos de deter a expansão japonesa – que de fato já não existia e quando os europeus ainda não percebiam que o fator predominante era a expansão da China.

Há boas razões para supor que a estratégia de poder mundial dos EEUU originou-se em seu projeto político de controle do Pacífico, que se desenhou na guerra com a Espanha e se consolidou na guerra contra o Japão, em que houve uma mobilização progressiva crescente de recursos e onde se encontraram com custos civis crescentes. A chamada Doutrina Truman simplesmente explicitava uma nova situação de poder, em que a economia norte-americana surgia como suficiente para sustentar uma expansão política mundial. O expansionismo norte-americano caracterizado pela política de Theodore Roosevelt, encontrava uma nova linguagem de poder, no controle da tecnologia avançada.

A estratégia norte-americana desenvolveu-se em várias linhas, com um plano de atuação institucional, um plano econômico e um plano militar, agindo no plano material e no ideológico. Mostrando padrões de consumo invejáveis e associando esse consumo a um modo de vida – “*o american way of life*” – que se colocava acima dos conflitos de classe, portanto, que não permitia discordâncias. O fundamento ideológico desse modo de vida é a democracia, mas não se esclarece como se compatibiliza a democracia real com rupturas etnosociais, com eleições indiretas e com a ausência de direitos trabalhistas. O “*american way of life*” dilui os conflitos de classe numa mobilidade individualista que se torna contraditória com a própria liberdade individual.

Ao criar instituições internacionais que podiam controlar, os americanos transformavam a hegemonia norte-americana em um projeto de todos. Agiram desde um direcionamento do financiamento internacional até a cooptação de lideranças atuais e potenciais, criando um arco de sustentação na modernização das elites dos países periféricos. Mas, sem dúvida, um de seus principais elementos de formação do novo sistema de poder consistiu em apoiar o

desenvolvimento de algumas nações da Europa ocidental e do Japão, criando um escudo econômico para seu projeto político.⁵ Esse sistema funcionou sem contra indicações até a constituição da União Européia e o aparecimento de uma moeda européia.

Os Estados Unidos começaram a ganhar vantagem com a reconstrução da Europa e do Japão, que representou uma ampliação de suas próprias perspectivas de mercado. Logo, saíram na frente nessa corrida do poder, ao conseguirem transformar sua moeda nacional em moeda mundial e criarem as condições para que outras nações desejassem adquirir títulos de sua dívida pública, que são parte da arquitetura financeira que sustenta essa posição do dólar como moeda mundial.

Essa combinação de meios de poder se formalizava com a criação do FMI e do BIRD, e com a rede de acordos militares que se fizeram desde a criação da OTAN, mas se apoiava em mecanismos de controle da economia monetária e financeira que já tinham sido implantados desde a década de 1940, especialmente com a criação dos bancos centrais.⁶ A artificialidade dos movimentos da taxa de câmbio passou a ser o barômetro de uma política financeira internacionalmente ajustada, que viria a ser consagrada pelo Acordo de Washington em 1988.

Essa nova ordem surgia como representativa de uma nova versão de modernização, em que se combinavam valores ideológicos de uma representação da democracia – que não fora parte versões européias da modernização⁷ – com uma postura messiânica, que logo foi captada pela literatura, e que passou a desenhar uma ideologia do poder, identificada com o apoderamento do homem comum. Haveria, de algum modo, uma ligação entre a modernização econômica e a dominação cultural. Ao reconhecer que há uma pluralidade de interesses e de modos de perceber as relações entre as nações, torna-se evidente a fragilidade dessa simplificação teórica, que se depara com a valorização dos pontos de vista

⁵ Gilpin admite explicitamente essa estratégia e increpa os países europeus por terem substituído seu possível papel nessa ordem econômica por uma visão introvertida, isto é, por uma visão européia e não americana do problema da composição de poder incorporada na ordem hegemônica. Vale transcrever: “*Segundo a teoria da estabilidade hegenônica, tal como ela é usada*

⁶ Ver o histórico da economia financeira traçado por Barry Eichengreen

⁷ Para uma crítica interna da modernização vale a pena rever a argumentação de Gunnar Myrdal (*Asian drama*, 1968), que vê modernização como um instrumento de poder.

representativos das grandes nações emergentes e que tende a registrar, cada vez mais, os pontos de vista dos mais fracos, tal como agora acontece no Fórum Mundial.

Nos anos subseqüentes à Segunda Guerra Mundial a teorização sobre as relações internacionais foi apresentada como um campo do saber, dotado de uma objetividade isenta de fundamento ideológico e de compromisso com o poder. No entanto, uma visão em perspectiva histórica da formação de um pensamento sobre as relações internacionais, leva a negar essa neutralidade axiológica, assim como rotula de pueril essa pretensão de exclusividade de um pensamento teórico das nações ocidentais vitoriosas na Segunda Guerra Mundial. Ao reconhecer a pluralidade de experiências e pontos de vista das diversas nações ao longo do tempo, tornou-se necessário recuperar o essencial do pensamento teórico sobre as relações entre nações que, nessa perspectiva, incluem relações entre Estados nacionais, impérios e regiões, que, por isso, põe em tela de juízo os pressupostos da teoria burguesa das relações internacionais.

Recomposição do Estado nacional

O Estado nacional volta à cena fortalecido por novas formas de articulação com os grandes capitais e dispendo de maiores e mais eficientes mecanismos de controle sobre as pessoas. Mostra sua capacidade de intervir nas empresas quando o pacto de poder está em jogo. O Estado nacional é uma referência universal no debate sobre a estruturação política do poder, tanto para mostrar uma ancoragem estável, frente à variabilidade dos interesses do capital, como para indicar que há um fiador no conflito de interesses entre capital e trabalho. Mas a polêmica em torno do Estado surge de diferentes modos, segundo se trata de uma crise do Estado burguês europeu mostrada por Poulantzas (1978), ou de uma crise do Estado periférico semi-industrializado, que seria a indicada por Faoro, com sua tese de Estado inacabado(200) No meu entender há condições para uma terceira tese, que se pode adiantar de modo preliminar, de uma recomposição de poder do Estado para suprir ou sanar contradições abertas pela expansão do grande capital, que inviabilizam o pacto social sobre o qual ele mesmo sobrevive. Tem, portanto, sentido uma teoria geral do Estado que se volta à forma jurídica do Estado moderno, ou será preciso teorizar sobre a pluralidade de condições em que se forma e em que opera o Estado? A historicidade do Estado reflete-se

na historicidade da teoria, que deve registrar um número maior de experiências e deve processá-las através de algum fio condutor que permita perceber os processos políticos que conduzem as transformações dos Estados nacionais modernos.

O ponto de partida destas reflexões consiste em distinguir a diferença entre a perspectiva dos Estados nacionais, que representam interesses políticos e estabelece algumas simplificações dos interesses econômicos, que relativiza as formas políticas e vê o Estado nacional como uma forma institucional entre outras. Essa distinção permite, a seguir, rever criticamente as teorias das relações internacionais como representações políticas de interesses econômicos, onde há diferenças fundamentais entre as manifestações diretas dos interesses econômicos, por parte de empresas e de capitalistas individuais e manifestações indiretas, incorporadas no próprio processo político. A teoria é um modo de agir político, que tem efeitos concretos de interferência nos processos de decisão.

As relações internacionais são realizadas por Estados, empresas e pessoas, em que as ações das pessoas são as que representam o trabalho e as condições de inserção das pessoas como e enquanto trabalhadores. A institucionalidade do agir dos Estados nacionais e das empresas corresponde a situações históricas definidas. Não há porque confundir a visão teórica de Hobbes, que correspondeu à ascensão do Estado nacional, com a de Tocqueville, que reflete a ascensão da burguesia, ou com a alguns autores norte-americanos de hoje, que procuram uma fundamentação ahistórica da organização social do poder para sustentar uma justificativa suprahistórica do poder imperial de seu país. A recorrência de teses tais como o fim da história (Fukuyama), ou como a necessidade de uma potencia ordenadora é uma volta a certas noções de superioridade, agora situadas em torno de uma ordem mundial restaurada (Kissinger), cuja base é o pressuposto de herdar a ordem seletiva proposta pelo Conde Metternich. A nova ordem seria uma versão mundializada daquela ordem que sustentou a expansão do poder europeu na segunda metade do século XIX, que agora se organiza sobre relações entre países presumidamente equivalentes, tal como ficou consagrado no Tratado de Versalhes. A dificuldade é que ela deve registrar os novos interesses internacionalizados, que envolvem as empresas multinacionais, organizações culturais, organizações religiosas e o envolvimento da mídia. O fundamento ideológico da

ordem do poder mundial teria que ser examinado, em sua complexidade e no modo como condiciona a organicidade das relações entre nações.

Se a velha noção de equivalência entre nações foi reconhecida como denominadora de uma equivalência restrita a algumas poucas nações dominantes, passa, entretanto, a indicar que há diferentes condições de associação de interesses entre países, em que a organização dos países mais fortes – como o G7 – reproduz sua escala diferenciada de poder através da OTAN, que por sua vez se contrapõe a um quadro pluralista do conjunto das associações entre nações. A necessidade de alianças tornou-se determinante numa época em que os maiores poderes não podem dobrar a vontade dos menores.

Assim, como primeiro passo para uma análise pertinente e atualizada das relações internacionais, é preciso percebê-las como expressões de uma combinação de elementos econômicos, sociais, políticos e militares, que aparecem sob a forma de relacionamentos entre Estados nacionais onde, portanto, os relacionamentos entre países são a cara institucionalizada de ações que partem de objetivos econômicos e de restrições militares.⁸ No ambiente do capitalismo avançado há uma mutação do significado político de iniciativas de empresas e de demais entidades de direito privado, descobrindo o movimento essencial de mudança na relação entre a esfera pública e a esfera privada,⁹ onde se desenham mudanças nas relações de classe.

A crítica histórica das relações internacionais inclui uma visão crítica da formação dos Estados nacionais, que perdem muito da personalização das relações entre soberanos, apesar de que estão mais marcadas pelo personalismo das lideranças do que seria confortável reconhecer num quadro teórico puro dos Estados burgueses. As formas modernas de governo representaram uma profunda institucionalização dos interesses políticos dos Estados, mas não superaram o personalismo que continuou sendo a marca

⁸ Cabe aqui lembrar que em sua análise da participação da Inglaterra no cenário mundial, Hobsbawm insiste nos efeitos em cadeia entre iniciativas de comércio internacional e indústrias, que adiante se convertem em incitações de atividades militares.

⁹ Observe-se que a incursão de Habermas nesse campo (1978) apontou ao movimento de formação da esfera pública a expensas da esfera privada, enquanto aqui se procura mostrar que há um movimento combinado de expansão de interesses privados no espaço demarcado como público, que, em sua essência, manifesta a maleabilidade operacional do capital.

distintiva do autoritarismo, inclusive nos países mais industrializados e mais ricos, onde as lideranças pessoais se sobrepõem ao fundamento ideológico dos partidos políticos. Essa visão crítica, que substitui o Estado pelos processos políticos do Estado, resulta em ver as relações internacionais também como processos de relacionamento, em que surgem diferenças entre nações com diferentes condições internas de organização e com capacidade de se colocarem em perspectivas de projetos de poder, portanto, com um sentido do tempo e do espaço em que esses projetos se materializam. O tempo aparece nesse contexto como duração, como oportunidade e como a sincronia entre os acontecimentos. A noção de tempo situa o agir político de cada nação em sua oportunidade e frente ao agir dos demais. As nações são constrangidas a agir, ou se tornam meros objetos dos projetos de poder dos demais. As nações agem em função de dados objetivos das situações de poder, preservando vantagens e procurando superar restrições. Esse jogo de vantagens e restrições se desenvolve num horizonte móvel de opções, que se alargam ou estreitam, segundo evolui a relação entre tecnologia e recursos naturais e a relação entre a produção real e a produção potencial ou o potencial de produção.¹⁰

O fundamento tecnológico da definição de novas opções torna-se um poder nele próprio, já que representa os efeitos acumulados de trajetórias próprias de cada país, que, por sua vez, representam certas progressões de seleção de técnicas, que se tornam condicionantes cada vez mais poderosos de novas decisões na esfera tecnológica. A tecnologia teria que ser apreciada por seu significado como meio de seleção e de indução de uso de recursos e não só por seus efeitos imediatos na produtividade do trabalho. O que importa na verdade é o controle da tecnologia que é o cerne da relação entre economia e política e que funciona como meio de controle da força de trabalho, tal como adiantou Marx com sua doutrina da mais valia relativa. E isso tem a ver com o papel da tecnologia no movimento seqüenciado da formação do capital.

¹⁰ Toma-se aqui a noção proposta por Paul Baran, que viu o desenvolvimento econômico como um alargamento conjunto do produto real e do potencial de produção. Numa leitura atual desse problema, cabe tomar essa relação como indicativa de um horizonte histórico do desenvolvimento, que se visualiza desde pontos momento historicamente determinados.

Os caminhos internacionais da acumulação de capital

A história do capitalismo também é a história da formação do capital, que também é a do controle das condições da formação do capital, isto é, o controle das oportunidades de aplicação de recursos, que podem ser menores ou maiores que as aplicações necessárias para a reprodução de todo o capital. As oportunidades aumentam nos momentos de grande renovação tecnológica, mas que também são momentos em que há maior desvalorização de capital e quando se acumulam mais riscos. Diminuem quando o sistema é levado mais por inércia que por novidades, mas que também é quando há possibilidades de ganhos maiores. Por isso, a luta pelo controle das oportunidades em outros países sempre foi uma parte integrante da estratégia do capital em cada país.

Nunca houve garantia de que o capital encontra sempre oportunidades de aplicação suficientes para absorver a reprodução de todo o capital aplicado, como já nos disse Adam Smith. O controle das oportunidades de aplicação é uma vantagem monopolística, que surge da combinação de escalas de mercado com alterações de tecnologia, que marcam momentos em que o sistema produtivo pode absorver capital novo. Por isso, a verdadeira disputa entre os grandes capitais se realiza no plano internacional. Além disso, a realocação dos capitais em novas aplicações se faz em seqüências que progredem seguindo pautas específicas, segundo essas seqüências pertencem a setores da produção cuja expansão absorve mais ou menos renovação de tecnologia. Mas não há garantia alguma que essas transferências de recursos obtenham os mesmos resultados.

Nesse domínio, a primeira dificuldade com que o capital se enfrenta consiste em garantir seqüências de aplicações mutuamente consistentes e adequadas ao desenvolvimento do sistema produtivo em nível de setores de produção. Como essas oportunidades de investimento são sempre vistas desde um momento do desenvolvimento do sistema para o momento seguinte, elas são sempre insuficientes para absorver a totalidade do capital aplicado. Além disso, como elas exprimem as condições atuais de processos de formação de interesses internacionalizados, as oportunidades de investimento são parte de um jogo de controle internacional das opções do capital. Assim, o controle das oportunidades de

investimento é uma vantagem monopolística que se amplia ou que se esgota, segundo a intensidade da renovação tecnológica.

A complexidade deste panorama se revela quando se reconhece que o leque de oportunidades de aplicação se amplia ou diminui segundo variam as condições de funcionamento da economia internacional, isto é, acompanhando as variações dos ciclos econômicos em seus efeitos sobre lucros e formação de capital. Como os movimentos de depressão incluem perspectivas pessimistas de demanda, as oportunidades de investimento são maiores na prosperidade que na depressão, que é quando elas seriam mais úteis. Assim, à parte de expectativas de demanda que sustentem novos investimentos, há um componente de demanda básico, conhecido, que é dado pela reposição de capital necessária para atender a demanda inercial do sistema. Mais uma vez, é preciso pensar em termos do acelerador de despesas e não do multiplicador de emprego. Com esta referência, não se pode ignorar as implicações da composição atual do capital na determinação de novas alternativas de investimento. A rigor, os novos projetos de investimento se definem sobre possibilidades técnicas definidas pelos anteriores.

A disputa pelo controle da reprodução do capital existente se dá a partir dessa base, em torno da qual as grandes empresas tentam contratos para obras e para serviços públicos. Depois da segunda guerra mundial desenvolveram-se sistemas cada vez mais sofisticados de combinação de busca de contratos entre governos e com empresas públicas, em que intervêm as empresas que exportam serviços e equipamentos e mecanismos de financiamento público, que operam para viabilizar os contratos. Os primeiros exemplos do EXIMBANK norte-americano foi seguido pela SCET francesa, pela TAHAL de Israel e agora por um equivalente brasileiro do EXIMBANK. Estes exemplos mostram a disfunção da análise econômica internacional formal, alimentada com referências ideais de exportações e de movimentos de capitais que, pelo contrário, ocultam o verdadeiro funcionamento das relações econômicas. Se invertermos a ordem, e em vez de começar a análise pelas transações correntes começarmos pelos movimentos de capitais teremos uma visão mais realista do processo. São os movimentos de capital que acionam capacidade de produção e contratam trabalho. A busca de oportunidades de investimento, especialmente

de grande capital, tal como acontece na exploração de petróleo e gás, na grande mineração em geral, na produção de mercadorias exportáveis, desde celulose a vinhos e frutas, ao complexo agro-industrial que mobiliza a produção de laticínios, se realiza a partir de deslocamentos de capital, que podem tomar a forma de investimentos diretos e de aplicações em bolsa de valores. A expansão das grandes empresas no último quarto do século XX fez-se mediante a criação de empresas sucursais e de composições de interesses de empresas coligadas, que decidem os programas de produção em função de cálculos de retorno de capital que escapam por completo dos cálculos que se fazem sobre informações de produtividade no âmbito de cada economia nacional. A internacionalidade do sistema produtivo leva a ver, finalmente, quanto o produto social de cada país depende sua inserção internacional, que é um conceito distinto daquele de coeficientes de importação e de exportação. Ao que tudo indica, será necessária uma reconstrução do aparelho de análise de base histórica para acompanhar as transformações do sistema produtivo internacionalizado.

Referências bibliográficas

- AMIN, Samir, **El capitalismo en la era de la globalización**, Barcelona, Paidós, 1999.
- BARAN, Paul, **La economía política del crecimiento**, México, Fondo de Cultura Económica, 1960
- BATISTA, Paulo Nogueira, Jr., **O Brasil e a economia internacional**, Rio de Janeiro, Campus, 2005.
- BENZ, Wolfgang, GRAML, Hermann, **El siglo XX, III problemas mundiales entre los dos bloques de poder**, México, Siglo XXI, 1982.
- BUKHARIN, Nicolau, **A economia mundial e o imperialismo**, São Paulo, Nova Cultural, 1986.
- CASTORIADIS, Cornelius, **As encruzilhadas do labirinto, I**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- CHESNAIS, François, **A mundialização do capital**, São Paulo, Xamã, 1996.
- CIPOLLA, Carlo, **La decadência de los impérios**, Madrid, Alianza Editorial, 1992.
- DUPAS, Gilberto (org.) *A nova configuração do poder mundial*
- EICHEGREEN, Barry, **A globalização do capital**, São Paulo, Editora 34, 2000.

- FIORI, José Luis, **O poder americano**, Petropolis, Vozes, 2002.
- GENTILI, Pablo (org.), **Globalização excludente**, Petrópolis, Vozes/CLACSO/LPP, 2000.
- GILPIN, Robert, **O desafio do capitalismo global**, São Paulo, Record, 2004.
- GONÇALVES, Reinaldo, **Economia política internacional**, Rio de Janeiro, Campus, 2005.
- GRUPPI, Luciano, **Tudo começou com Maquiavel**, Porto Alegre, L&PM, 1983.
- GUANGYUAN, Yu (red.) **Economia de China, 2 vols.** Ediciones em Linguas Extranjeras, 2 vols., Beijing, China
- HABERLER, Gottfried, **Prosperidad y depresión**, México, Fondo de Cultura Económica, 1958.
- HABERMAS, Jurgen, **Mudança estrutural na esfera pública**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978.
- HEGEL, G.F.W., **Enciclopedia de las ciências del espíritu**, 3 vols. São Paulo, Loyola, 2005.
- Lecciones sobre la filosofia de la historia universal**, Madrid, Alianza Editorial, 1986.
- HOBBSAWM, Eric, **Era dos extremos**, Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 1995.
- **A era do capital**, São Paulo, Paz e Terra, 2004.
- HOBSON, John A., **International trade: an application of economic theory**, Ontario, Kichener, (1904) 2003.
- **A evolução do capitalismo moderno**, São Paulo, Abril Cultural, (1898) 1982.
- JASPERS, Karl, **Origen y meta de la historia**, Madrid, Alianza Editorial, 1978.
- MAQUIAVEL, Nicolau, **The discourses**, Londres, Penguin, 1970.
- MINC, Alain, **A nova Idade Média**, São Paulo, Ática, 1994.
- MYRDAL, Gunnar, **Asian drama, an inquiry into the poverty of nations**, Nova York, Random House, 3 vols. 1968.
- PALLOIX, Christian, **L'internationalisation du capital**, Paris, Maspero, 1975.
- PETRAS, James, **Imperialismo e classes sociais no Terceiro Mundo**, Rio de Janeiro, Zahar, 1980

PEDRÃO, Fernando, **A secularização da disputa mundial**, Análise & Dados, dezembro, 2002, Salvador

----- **A produção social de hegemonia: conservação e atualização do bloco histórico**, Salvador, FIB, Caderno de Pesquisa n.1, 2004.

----- **Economia, política e poder**, Salvador, Podium, 2009.

POULANTZAS, Nicos, **O Estado em crise**, São Paulo, Graal, 1977.

PREBISCH, Raul, **La obra de Prebisch em la CEPAL**. Selección de Adolfo Gurrieri, 2 vols. México, Fondo de Cultura Económica, 1982.

ROBINSON, Joan, **Collected economic papers**, 4 vols. Londres, Basil Blackwell, 1967 a 1973

SANTOS, Theotônio dos, **Economia mundial**, Petrópolis, Vozes 1999.

SOLARI, A., FRANCO, R., JUTKOWITZ, J., **Teoría, acción social y desarrollo**, México, ILPES/Siglo`XXI, 1976.

TISSIER, Patrick, **China, transformaciones rurales**, México, Siglo XXI, 1979.

WILKINSON, Richard, **Pobreza e progresso, um modelo ecológico de desenvolvimento econômico**, Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

VAITSOS, Constantine, **Distribuição da renda e empresas multinacionais**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

Resumo

A visão em perspectiva histórica torna-se imperativa para descobrir a complexidade de motivos e ações que interagem através da crise mundial e de seu rebatimento no norte da África. As relações internacionais estão estruturadas sobre fundamentos econômicos e políticos, que passam por profundas modificações com a crescente complexidade da esfera internacionalizada e com as desigualdades nela incluídas. A atual crise do sistema põe em evidência as contradições entre os movimentos abruptos e imprevisíveis dos ciclos e os objetivos e propósitos de desenvolvimento econômico. Os movimentos de expansão do sistema têm sido de extroversão do sistema produtivo, com inclusão de mais trabalho e maior uso de recursos. As contrações são movimentos de introversão, em que o sistema vive da energia acumulada. Mas os movimentos são cada vez conduzidos pelo grande

capital, que condiciona o desempenho de economias desiguais, que têm poucas possibilidades de modificar sua participação na esfera mundializada.

Perspectiva histórica ciclos extroversão introversão desenvolvimento

Abstract

International relations are organized on economic and political foundations, which pass through deep changes with the growing complexity of the international sphere with the inequalities embodied there. Nowadays crisis puts forward contradictions between the sudden and unpredictable movements of the cycles and economic development trends. The expansion of the system has taken the shape of extroversion while the contractions appear as introversion, meaning absorption of new resources or leaving on the accumulated capital. In such picture the role of big capital have been of greater importance, controlling the options for the other segments of the economy.

Historical view cycles extroversion introversion development